ANEXO

ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

ANO : 2022

ÍNDICE

1 - Identificação da entidade

1.1 Dados de identificação

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 Principais políticas contabilísticas

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1 Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

4.1.2 Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

5 - Inventários

5.1 Quantia escriturada de inventários

6 - Rendimentos e gastos

6.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

6.2 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

8 - Instrumentos financeiros

8.1 Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

9 - Benefícios dos empregados

9.1 Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

9.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

11 - Impostos e contribuições

11.1 Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

11.2 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

12 - Fluxos de caixa

12.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Notas às Demonstrações Financeiras

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA
Número de identificação de pessoa coletiva: 512086273
Lugar da sede social: RUA PADRE LUIS CASIMIRO, 2
Endereço eletrónico: cspsm@sapo.pt
Página da internet:
Natureza da atividade: Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foi utilizada a Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade
As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo)
A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação
As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação
Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras do exercicio anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Principais políticas contabilísticas

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data

são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não foram depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no item "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

Não se aplica.

- Investimentos financeiros

Não se aplica.

- Imposto sobre o rendimento

A Associação encontra-se isenta ao abrigo do artigo 9.º do codigo do Imposto sobre Rendimento das Pessoas coletivas

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

Não se aplica.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Não se aplica.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 12 - Rédito da Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou, se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Divulgações sobre critérios de mensuração, métodos de depreciação e vidas úteis, conforme quadro seguinte:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas na Portaria 737/81, de 29 de Agosto para bens adquiridos antes de 1 de Janeiro de 1989, no Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos entre 1 de Janeiro de 1989 e 31 de Dezembro de 2009 e/ou no Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

4.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início		193.948,29	83.879,11	23.044,08	71.565,76		519,93	40.309,92		413.267,09
Depreciações acumuladas		49.573,87	78.943,04	7.681,37	69.430,74		31,66			205.660,68
Saldo no início do período		**144.374,42**	**4.936,07**	**15.362,71**	**2.135,02**		**488,27**	**40.309,92**		**207.606,41**
Variações do período		**35.117,70**	**(744,34)**	**(4.608,82)**	**5.875,62**		**(64,99)**	**(40.309,92)**		**(4.734,75)**
Total de aumentos			**398,43**		**7.146,75**					**7.545,18**
Aquisições em primeira mão			398,43		7.146,75					7.545,18
Total diminuições		**5.192,22**	**1.142,77**	**4.608,82**	**1.271,13**					**12.214,94**
Depreciações do período		5.192,22	1.142,77	4.608,82	1.271,13					12.214,94
Transferências de AFT		**40.309,92**						**(40.309,92)**		
Outras transferências							**(64,99)**			**(64,99)**
Saldo no fim do período		**179.492,12**	**4.191,73**	**10.753,89**	**8.010,64**		**423,28**			**202.871,66**
Valor bruto no fim do período		*234.258,21*	*84.277,54*	*23.044,08*	*78.474,24*		*519,93*			*420.574,00*
Depreciações acumuladas no fim do período		*54.766,09*	*80.085,81*	*12.290,19*	*70.463,60*		*96,65*			*217.702,34*

5 - Inventários

5.1. Quantia escriturada de inventários

Os inventários foram mensurados pelo método do custo, sendo usado o sistema de custeio custo médio ponderado. Foi usado o sistema de inventário intermitente.

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários iniciais						
Compras		18.355,13	**18.355,13**		17.080,93	**17.080,93**
Reclassificação e regularização de inventários						
Inventários finais						
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		**18.355,13**	**18.355,13**		**17.080,93**	**17.080,93**
OUTRAS INFORMAÇÕES						

6 - Rendimentos e gastos

6.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:
- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	32.870,01	38.857,92
Juros	36,81	37,87
Total	**32.906,82**	**38.895,79**

6.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos		1.540,00
Serviços especializados	**28.277,03**	**14.429,04**
Trabalhos especializados	15.305,00	6.555,89
Honorários	5.103,55	3.617,06
Conservação e reparação	7.702,38	4.081,05
Outros	166,10	175,04
Materiais	**7.652,39**	**3.393,59**
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	755,34	238,90
Material de escritório	5.971,57	3.139,69
Artigos para oferta	497,04	15,00
Outros	428,44	
Energia e fluidos	**6.563,62**	**5.229,15**
Eletricidade	4.080,09	3.981,51
Combustíveis	1.704,75	416,29
Água	778,78	831,35
Deslocações, estadas e transportes	**1.075,81**	**17,50**
Deslocações e estadas	1.075,81	
Transportes de mercadorias		17,50
Serviços diversos	**5.040,38**	**5.504,13**
Comunicação	1.066,85	1.472,48
Seguros	1.023,18	1.116,39
Limpeza, higiene e conforto	2.874,71	2.474,60
Outros serviços	75,64	440,66
Total	**48.609,23**	**30.113,41**

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

No que se refere ao reconhecimento estabelece a SNC-ESNL que os subsídios do Governo só devem ser reconhecidos após existir segurança de que:
a) A entidade cumprirá as condições a eles associadas; e
b) Os subsídios serão recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (em termos práticos esta regra aproxima-se do preconizado no artigo 22.º do CIRC. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão do subsídio a favor da entidade, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios serão recebidos.

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Atrib. Per. Ant.	Outras Ent. - Valor Atribuído Período	Outras Ent.- Valor Imputado Período	Das Quais UE - Valor Atrib. Per. Ant.	Das Quais UE - Valor Atribuído Período	Das Quais UE - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento		**7.226,80**	**9.658,22**						
Para ativos fixos tangíveis		**7.226,80**	**9.658,22**						
Edifícios e outras construções		7.226,80	9.658,22						
Para ativos intangíveis									
Para outras naturezas de ativos									
Subsídios à exploração		**395.824,62**	**395.824,62**						
Valor dos reembolsos efetuados no período									
De subsídos ao investimento									
De subsídos à exploração									
Total		**403.051,42**	**405.482,84**						

8 - Instrumentos financeiros

8.1. Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Utentes
Os Serviços são realizadas em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de utentes não incluem juros debitados ao utente. Quando o crédito apresenta um prazo superior ao das condições normais de crédito, as contas de utentes são mensuradas ao custo.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Empréstimos e contas a pagar não correntes
Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, são registados no passivo pelo custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros
As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimento Inicial
Ativos financeiros:			**3.906,36**		
Clientes e utentes			1.168,48		
Outras contas a receber			2.737,88		
Passivos financeiros:			**51.055,32**		
Fornecedores			6.181,97		
Outras contas a pagar			44.873,35		
Ganhos e perdas líquidos:			**9.658,22**		
De passivos financeiros			9.658,22		
Rendimentos e gastos de juros:			**36,81**		
De ativos financeiros			36,81		

9 - Benefícios dos empregados

9.1. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

Os Orgãos Sociais ou Direcção, não são remunerados

9.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Os benefícios de curto prazo dos colaboradores incluem salários, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela entidade patronal.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	**329.824,13**	**290.105,45**
Remunerações do pessoal	**264.185,65**	**235.667,65**
Encargos sobre as remunerações	**59.236,93**	**51.889,36**
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	**2.823,83**	**1.848,44**
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	**3.577,72**	**700,00**

10 - Divulgações exigidas por diplomas legais

10.1. Outras divulgações exigidas por diplomas legais

- Impostos em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.

- Dívidas à Segurança Social em mora

A Entidade apresenta a sua situação regularizada perante a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações legais nos prazos legalmente estipulados.

11 - Impostos e contribuições

11.1. Outras divulgações relacionadas com impostos sobre os rendimentos

A Associação encontra-se isenta do imposto, ao abrigo do Artigo 10.º do Codigo do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas.

11.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento	141,00		0,32	
Retenções efetuadas por terceiros			0,32	
IRC a receber / pagar	141,00			
Retenção de impostos sobre rendimentos		1.374,56	141,00	1.363,98
Contribuições para a Segurança Social		6.838,90		5.078,58
Outras tributações		134,50		9,06
Total	**141,00**	**8.347,96**	**141,32**	**6.451,62**

12 - Fluxos de caixa

12.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	336,84	26.788,75	26.928,21	197,38
Depósitos à ordem	27.878,83	531.163,33	514.727,11	44.315,05
Outros depósitos bancários	87.050,67	117.104,34	97.067,53	107.087,48
Total	**115.266,34**	**675.056,42**	**638.722,85**	**151.599,91**

Balanço - (modelo para ESNL) em 31-12-2022
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	202.871,66	207.606,41
Outros créditos e ativos não correntes		585,55	560,13
		203.457,21	**208.166,54**
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	3.906,36	1.813,28
Estado e outros entes públicos		141,00	141,32
Diferimentos		460,58	377,08
Caixa e depósitos bancários		151.599,91	115.266,34
		156.107,85	**117.598,02**
Total do ativo		**359.565,06**	**325.764,56**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	**10**		
Fundos	8	211.583,58	211.583,58
Resultados transitados		21.077,19	(22.798,13)
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7	37.408,62	39.840,04
Resultado líquido do período		30.092,39	43.875,32
Total dos fundos patrimoniais		**300.161,78**	**272.500,81**
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	8	6.181,97	5.840,14
Estado e outros entes públicos		8.347,96	6.451,62
Outros passivos correntes	8;9	44.873,35	40.971,99
		59.403,28	**53.263,75**
Total do passivo		**59.403,28**	**53.263,75**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**359.565,06**	**325.764,56**

A Direção

Maria de Jesus Dias Nunes Speziador

Contabilista Certificado Nº 4961 - Isabel Maria Borges Freitas
Contribuinte Nº 193 673 355
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº 4961

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022 6		**211.583,58**			**(22.798,13)**		**39.840,04**	**43.875,32**	**272.500,81**		**272.500,81**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					43.875,32		(2.431,42)	(43.875,32)	(2.431,42)		(2.431,42)
7					**43.875,32**		**(2.431,42)**	**(43.875,32)**	**(2.431,42)**		**(2.431,42)**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8								**30.092,39**	**30.092,39**		**30.092,39**
RESULTADO INTEGRAL 9=7+8								**27.660,97**	**27.660,97**		**27.660,97**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022 6+7+8+10		**211.583,58**			**21.077,19**		**37.408,62**	**30.092,39**	**300.161,78**		**300.161,78**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961
Isabel Maria Serges Freitas
Contribuinte Nº 195870305
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do periodo findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021 1		**211.583,58**			**(34.896,96)**		**34.316,66**	**12.098,83**	**223.102,11**		**223.102,11**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					12.098,83		5.523,38	(12.098,83)	5.523,38		5.523,38
2					**12.098,83**		**5.523,38**	**(12.098,83)**	**5.523,38**		**5.523,38**
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3								**43.875,32**	**43.875,32**		**43.875,32**
RESULTADO INTEGRAL 4=2+3								**49.398,70**	**49.398,70**		**49.398,70**
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
5											
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021 6=1+2+3+5		**211.583,58**			**(22.798,13)**		**39.840,04**	**43.875,32**	**272.500,81**		**272.500,81**

A Direção

Isabel Maria Borges Freitas
Contribuinte N.º 193 673 355
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS Nº 4961
Contabilista Certificado Nº 4961

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

Demonstração dos Resultados por Naturezas - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31-12-2022
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	32.870,01	38.857,92
Subsídios, doações e legados à exploração	7	395.824,62	348.062,18
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(18.355,13)	(17.080,93)
Fornecimentos e serviços externos	6	(48.609,23)	(30.113,41)
Gastos com o pessoal	9	(329.824,13)	(290.105,45)
Outros rendimentos	6	10.923,29	6.650,71
Outros gastos		(558,91)	(836,73)
Resultado antes de depreciações,gastos de financiamento e impostos		**42.270,52**	**55.434,29**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(12.214,94)	(11.596,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**30.055,58**	**43.837,45**
Juros e rendimentos similares obtidos	6	36,81	37,87
Resultado antes de impostos		**30.092,39**	**43.875,32**
Resultado líquido do período		**30.092,39**	**43.875,32**

A Direção

Contabilista Certificado Nº 4961

Isabel Maria Borges Freitas

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do periodo findo em 31 -12-2022
(montantes em euros)

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		32.577,92	38.937,15
Pagamentos a fornecedores		63.498,01	28.922,25
Pagamentos ao pessoal	9	328.190,49	289.723,44
Caixa gerada pelas operações		**(359.110,58)**	**(279.708,54)**
Outros recebimentos/pagamentos		395.512,87	335.359,33
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		**36.402,29**	**55.650,79**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	7.306,91	12.552,69
Investimentos financeiros		25,42	100,92
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		7.226,80	7.364,51
Juros e rendimentos similares		36,81	37,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		**(68,72)**	**(5.251,23)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		36.333,57	50.399,56
Caixa e seus equivalentes no início do período		115.266,34	64.866,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período		151.599,91	115.266,34

A Direção

Maria de Jesus Nunes Serrador

Isabel Maria [illegible] Nº 4961
Contribuinte N.º 135 673 255
TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2022

1 - Introdução

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA, com sede social em RUA PADRE LUIS CASIMIRO, 2, com um capital social de 211.583,58 €, tem como atividade principal Outras atividades de apoio social sem alojamento, n.e.. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2022.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contem uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

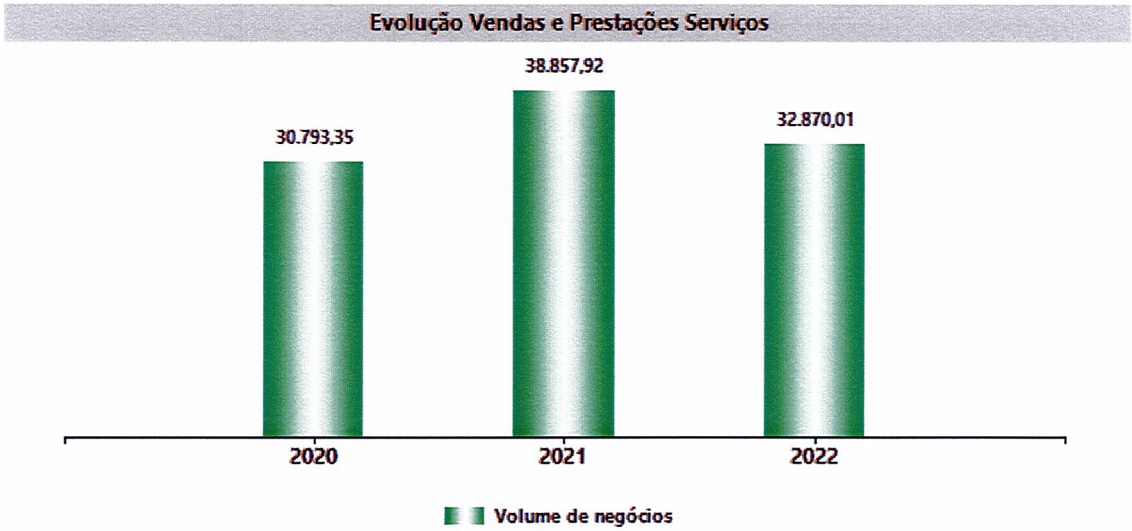
O ano de 2022 foi marcado por três grandes desafios para a economia mundial. Um deles foi a guerra na Ucrânia, que causou grandes interrupções nas cadeias de abastecimento, particularmente de cereais por parte da Ucrânia e de energia onde o fornecimento de gás da Rússia caiu para menos de 20% do observado em 2021. Outro desafio foi a inflação, acompanhada de um aumento significativo do valor do dólar americano em relação a outras moedas, o que prejudica principalmente as economias emergentes e em desenvolvimento.

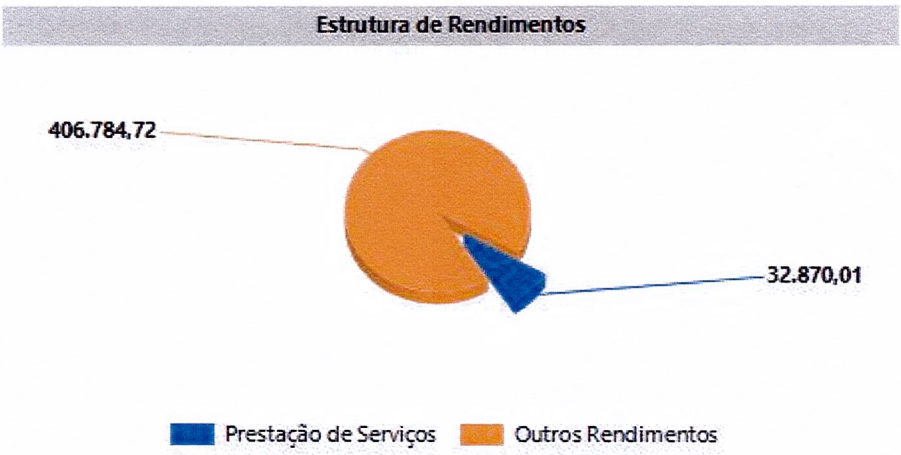
Por fim, outro grande desafio para a economia global foi o enfraquecimento do crescimento económico da China. O país enfrentou dois problemas fundamentais: a pandemia, que levou a políticas de "Zero Covid" com restrições severas à mobilidade dos seus cidadãos, o que afetou a economia; e agravou o segundo problema: a instabilidade no mercado imobiliário. A economia chinesa é fortemente dependente do seu mercado imobiliário, e algumas das políticas recentes do governo têm levado à sua instabilidade.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

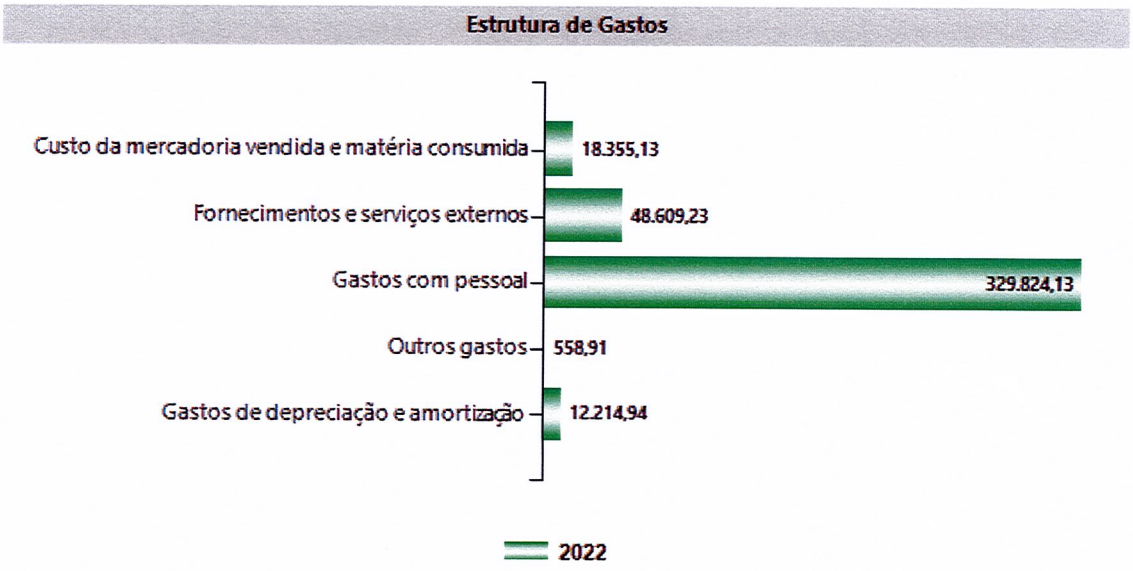
No período de 2022 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 32.870,01 €, representando uma variação de (15,40)% relativamente ao ano anterior.

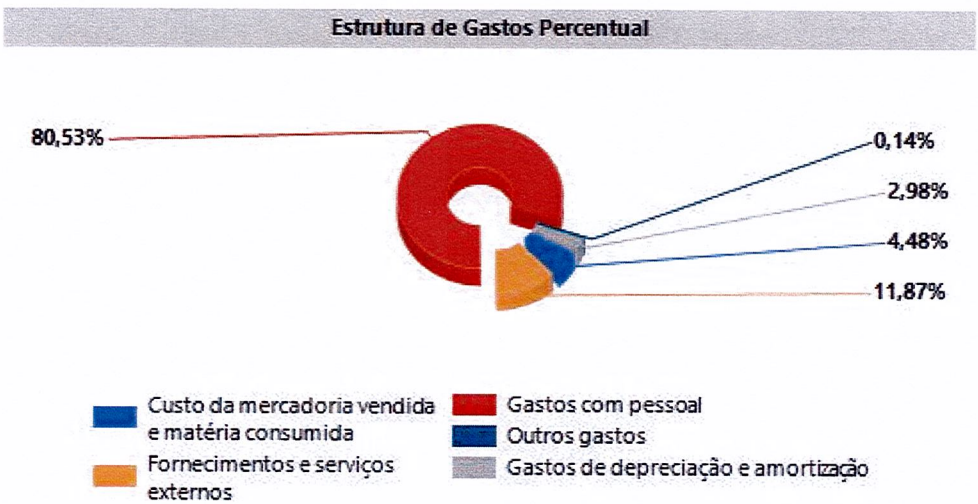
A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:





Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

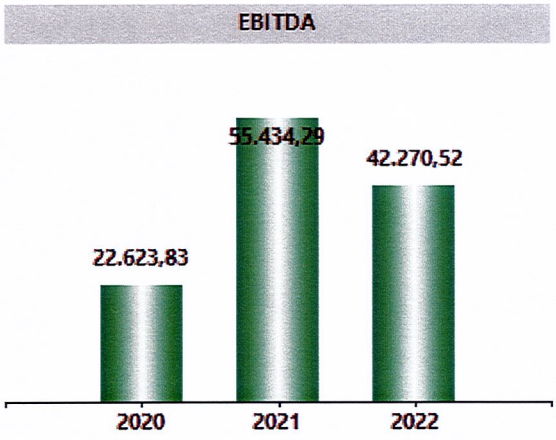




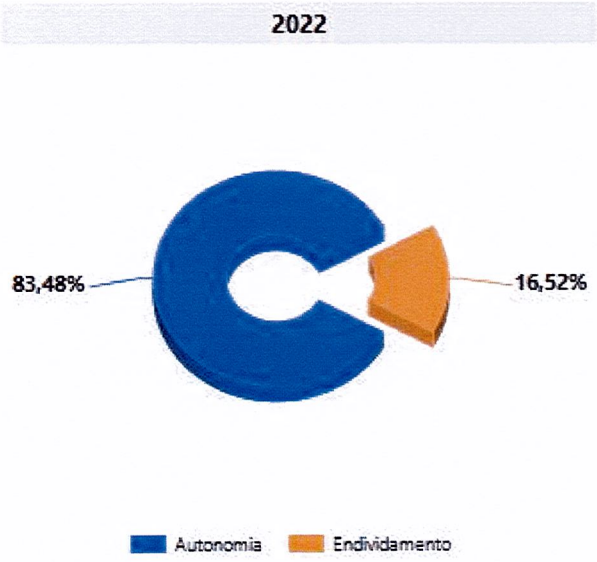
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apesenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

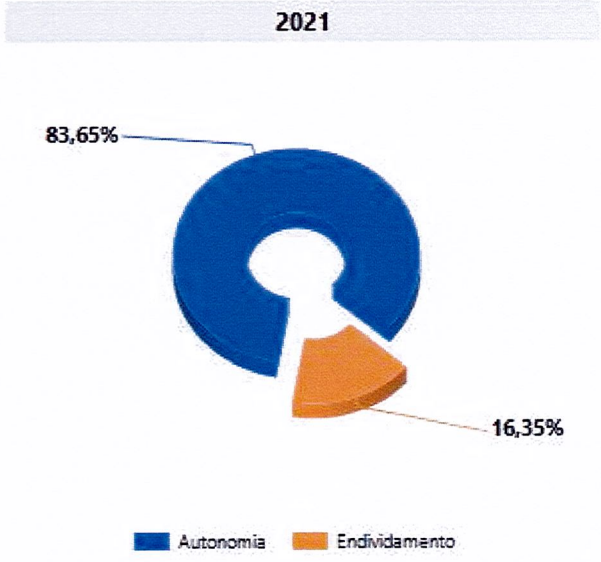
RUBRICAS	PERIODOS		
	2022	2021	2020
Gastos com Pessoal	329.824,13	290.105,45	277.745,87
Nº Médio de Pessoas	19	16	16
Gasto. Médio por Pessoa	17359.16	18.131,59	17.359,12

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:





De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2022		2021	
Ativo não corrente	203.457,21	57 %	208.166,54	64 %
Ativo corrente	156.107,85	43 %	117.598,02	36 %
Total ativo	**359.565,06**		**325.764,56**	

RUBRICAS	2022		2021	
Capital Próprio	300.161,78	83 %	272.500,81	84 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	59.403,28	17 %	53.263,75	16 %
Total Capital Próprio e Passivo	**359.565,06**		**325.764,56**	

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido de 30.092,39€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	**2022**

Os resultados serão transferidos para a conta de resultados transitados

5 - Outras Informações

A CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2021.

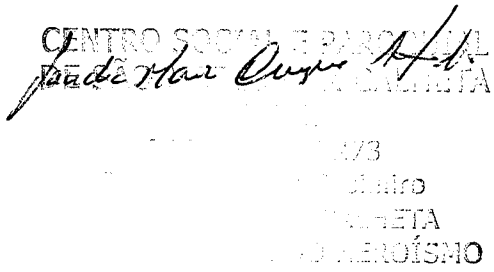
Não foram realizados negócios entre a associação e os seus Orgãos Sociais. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

6 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos utentes e associados e fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa Associação.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade do CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SÃO MATEUS DA CALHETA.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.